



A SOCIOLOGIA COMO RECURSO PEDAGÓGICO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR SOBRE A SEXUALIDADE

Maria Adriana Farias Rodrigues ¹

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a pertinência de abordar Educação Sexual dentro da disciplina sociológica, para isso propõe-se um material didático inédito, com planos de aula para auxiliar os professores. A integração da Educação Sexual na disciplina de Sociologia se revela essencial para a formação de indivíduos conscientes e críticos. A abordagem sociológica proporciona uma compreensão aprofundada das influências sociais, culturais e econômicas sobre a sexualidade humana. A discussão se estende aos Direitos Sexuais e Reprodutivos, enfatizando não apenas a contracepção, mas também os fatores sociais que contribuem para a vulnerabilidade dos adolescentes. A interseção entre Sociologia e Educação Sexual emerge como uma ferramenta valiosa para capacitar os jovens a compreenderem e questionarem as complexidades associadas à sexualidade, aos métodos contraceptivos e a maneira pela qual a sexualidade é exercida na sociedade, partindo dessa forma, de uma perspectiva crítica. Destaca-se a importância de situar tais discussões dentro de um contexto mais amplo, promovendo uma consciência coletiva sobre a necessidade de políticas públicas e programas educacionais que respeitem os Direitos Sexuais e Reprodutivos, fortalecendo, assim, uma cultura de respeito, igualdade e conscientização nas questões sexuais e reprodutivas. A metodologia foi a revisão de literatura sobre o tema e a produção de um material inédito acerca da temática. Enfatiza-se que esse é um esforço inicial, admite-se, portanto, que ainda há muitas melhorias que devem ser conduzidas, não eximindo o trabalho empregado nesta iniciativa de caráter pedagógico e político.

Palavras-chave: Sociologia; Educação Sexual; Direitos Sexuais; Direitos Reprodutivos

INTRODUÇÃO

A educação sexual é um tema crucial na formação dos indivíduos e desempenha um papel fundamental na promoção de relacionamentos saudáveis e na prevenção de problemas de saúde. É importante que a educação sexual seja abordada de forma aberta e responsável desde cedo, proporcionando aos jovens as informações e habilidades que permitem tomar decisões informadas sobre sua sexualidade. Uma educação sexual adequada deve abordar temas como anatomia, contracepção, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e consentimento. Além disso, é essencial ensinar sobre o respeito mútuo, a importância do diálogo e da comunicação em um relacionamento, e a compreensão das diferenças de gênero e orientação sexual.

Além disso, a educação sexual deve ser abordada de forma multidisciplinar. Isto confere a importância de discutir este assunto em disciplinas com um caráter crítico e que tem como objetivo central problematizar a realidade social, inclusive as noções de gênero e sexualidade. A Sociologia, se apresenta, portanto, como disciplina basilar que promove uma reflexão profunda baseada nos direitos humanos, respeitando as identidades construídas a partir da subjetividade da vivência dos indivíduos em sociedade.

¹ Mestre e Doutoranda em Sociologia (UFRGS) e Cientista de Dados em formação USP. E-mail: adrianna_rodrigues391maia@hotmail.com



É fundamental que a educação sexual seja inclusiva, respeitando a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Além disso, deve ser adaptada à faixa etária dos estudantes, garantindo que as informações sejam transmitidas de maneira adequada e compreensível. Uma educação sexual bem estruturada contribui para a redução da gravidez na adolescência, da propagação de doenças sexualmente transmissíveis e para o desenvolvimento de relações mais saudáveis e equitativas. Portanto, é responsabilidade da sociedade e das instituições educacionais garantir que a educação sexual seja uma parte integrante do currículo, preparando os jovens para uma vida adulta consciente e responsável.

A problemática central que este artigo pretende discutir é a necessidade da discussão da Educação Sexual no currículo básico, neste artigo propõe-se que essa discussão seja conduzida por uma perspectiva crítica, trazendo a Sociologia como disciplina necessária para conduzir este debate, haja vista sua vasta discussão no campo da sexualidade humana e seu caráter crítico e social.

METODOLOGIA

A elaboração desta proposta pedagógica foi fundamentada em uma meticulosa revisão bibliográfica, que perpassou os campos da Educação Sexual e do Ensino de Sociologia. O intuito primordial deste artigo é oferecer uma abordagem inovadora, propondo a integração da sociologia como instrumento essencial para explorar, de maneira aprofundada, questões prementes e urgentes, como a Educação Sexual.

Partindo desse pressuposto, a proposta delineia planos de aula cuidadosamente estruturados, visando proporcionar ao educador um sólido arcabouço teórico e metodológico para abordar o tema de forma eficaz na sala de aula. A sincronia entre os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Marcos Regulatórios da Educação Básica serve como bússola orientadora, assegurando que as atividades propostas estejam alinhadas com os objetivos educacionais estabelecidos. Ao integrar a Educação Sexual à disciplina de Sociologia, busca-se ir além da mera transmissão de informações, promovendo uma compreensão profunda das complexas interações entre sexualidade, cultura e sociedade. Os planos de aula propostos visam criar um ambiente educacional propício para o diálogo aberto, a reflexão crítica e a promoção da diversidade de perspectivas. Ademais, a proposta reconhece a importância de abordar a Educação Sexual de maneira holística, incorporando não apenas os aspectos biológicos, mas também os sociais, culturais e éticos. Desta forma, os alunos são capacitados a analisar criticamente as influências sociais que moldam suas percepções individuais,



desenvolvendo habilidades fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONCEITUANDO EDUCAÇÃO SEXUAL: PROTEÇÃO E JUSTIÇA REPRODUTIVA

O conceito de Educação Sexual é um conceito polissêmico, que abrange vários âmbitos da realidade social do indivíduo. Segundo Maia (2010), a sexualidade permeia toda a vida humana do indivíduo – nascimento, infância, adolescência, vida adulta e velhice. Nesta perspectiva, a sexualidade é amplamente vivenciada e influenciada por aspectos culturais, históricos, políticos e religiosos, isto é – um fenômeno social que se alinhava com as várias dimensões da vida humana. Segundo Machado (2005)², é errônea a interpretação que existe uma separação entre gênero e sexo, gênero enquanto algo construído socialmente e sexo dentro de uma perspectiva biológica determinista, na concepção da autora ambos são influenciados pelas experiências em sociedade. Em Louro (2000, p. 65), temos a seguinte alusão:

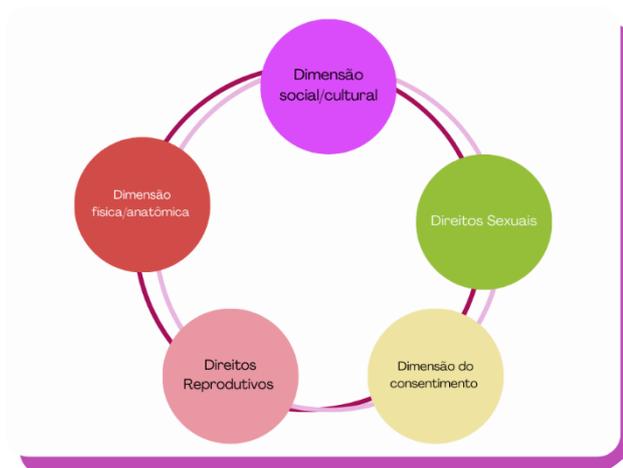
Numa posição que busca se afastar, aparentemente, da perspectiva determinista e essencialista, admite-se que as formas de viver a sexualidade são influenciadas pelo meio cultural. Afirma-se que os sujeitos aprendem, no interior da cultura, determinados comportamentos e atitudes que, naquele ambiente, são considerados adequados para expressar seus impulsos e desejos sexuais. Reconhece-se, nesse caso, que há variantes nos modos e códigos, mas continua-se afirmando que a cultura opera sobre uma base.

A visão de Louro (2000), reafirma o entendimento que os modos de agir e ser sexualmente são interpelados pelos códigos sociais vigentes na sociedade. Neste sentido, há também uma vigilância sobre os corpos que não se enquadram dentro de um padrão normativo, ou seja, indivíduos pertencentes a comunidade LGBTQIAPN+ são estigmatizados e colocados à margem da sociedade, pois seus corpos e suas práticas sexuais não estão inseridas dentro de um pressuposto heteronormativo. Diante deste cenário, é urgente compreender que a Educação Sexual engloba várias camadas indispensáveis e urgentes para serem discutidas em âmbito escolar, tais como representados na figura a seguir:

²No primeiro eixo, trata-se de operacionalizar o argumento de que o sexo é, desde sempre, marcado pelo gênero. Assim, os valores de quem olha e/ou classifica genitais interferem naquilo que estão vendo e, conseqüentemente, na nomenclatura do que vêem. E, conforme aponta Bourdieu, o ato de nomear tem, em si mesmo, o efeito de criar. Machado (2005, p.254)



Figura 01:
Sexual – visão



Educação
panorâmica

Fonte: Autorial, 2023.

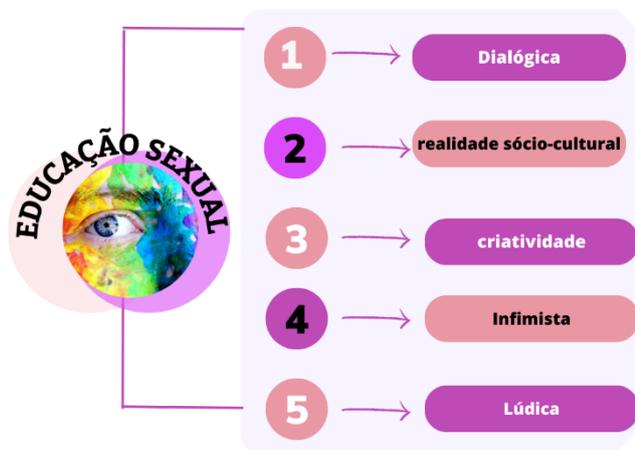
A Educação Sexual envolve diferentes aspectos da vida humana, sendo necessário abordar este assunto dentro de uma perspectiva sociocultural, pois os indivíduos são interpelados conforme Geertz (2009) lembra pela cultura, que é considerada na visão do autor como uma teia de conexões que liga os indivíduos em seus mais diversos aspectos culturais e linguísticos. Enfatiza-se também a necessidade de abordar a Educação Sexual dentro do debate acerca dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Segundo Ventura (2009) estes direitos são indispensáveis para a consolidação dos Direitos Humanos. Sendo assim, Os Direitos Sexuais e Reprodutivos Mulheres dentro de uma perspectiva de gênero vêm sendo discutida por diversas pesquisadoras brasileiras (Lemos, 2014; Ventura, 2009; Oliveira; Campos, 2009; Toneli, 2004; Villela; Arilha, 2003; Corrêa; Ávila, 2003; Ávila, 1993). Além disso, a inclusão dos Direitos Sexuais e Reprodutivos como parte integrante do debate amplia a perspectiva da Educação Sexual, conectando-a diretamente à consolidação dos Direitos Humanos. Nesse sentido, as abordagens de Ventura (2009) ressaltam a importância desses direitos como pilares fundamentais para o exercício pleno da cidadania.



A Educação Sexual pode ser abordada de diversas maneiras, abaixo temos duas perspectivas:

Figura 02: Observações de Vitiello, 1995.

Figura 03: Atualizações pertinentes



Fonte: Nelson Vitiello, 1995.



Fonte: Autoral, 2023.

A análise apresentada na Figura 02 destaca uma reflexão intrigante: a Educação Sexual continua a ser um tema tabu na sociedade brasileira. Nesse contexto, propor abordagens para discutir esse assunto no século XX foi uma iniciativa ousada e indispensável. É digno de nota o caráter inovador da abordagem, particularmente quando se considera a perspectiva infimista e dialógica. Estabelecer um diálogo aberto sobre a sexualidade e suas diversas experiências na sociedade representava um desafio que exigia considerável esforço cognitivo, visando evitar que o tema fosse tratado sob uma ótica exclusivamente moral. A figura 03 busca atualizar o debate, alicerçando em pilares modernos, partindo de uma perspectiva crítica e decolonial, incorpora-se também a pertinência e urgência de abordar este tema de forma interseccional, haja vista que a sociedade brasileira é permeada por tantas clivagens e, portanto, classe, raça, gênero, sexualidade e espacialidade são importantes marcadores e que dizem muito sobre a face da população brasileira. Engloba-se os Direitos Sexuais e Reprodutivos, para elucidar os direitos que foram conquistados no Brasil, principalmente dentro da Lei de Planejamento Familiar.

O ENSINO DA EDUCAÇÃO SEXUAL: A SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA INDISPENSÁVEL

A sociologia é uma ciência que emerge diante de cenário de reconfiguração social, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial provocaram mudanças que modificam



drasticamente o tecido social. Após efervescentes mudanças, a Sociologia nasce com a finalidade de interpretar fenômenos sociais complexos e torna-os inteligíveis no âmbito científico. No início de sua constituição como ciência, o interesse principal era sua institucionalização e reconhecimento como parte de “status científico” válido e necessário para compreender a sociedade, sendo assim, sua inserção curricular nos cursos superiores e no currículo básico somente aconteceu posteriormente. Conforme Meucci (2009a; 2014b), devido ao período de intermitência da Sociologia, encontrou-se dificuldades em encontrar materiais didáticos que se adequassem as necessidades atuais dos discentes.

Como dito anteriormente, o ensino de Sociologia foi implantado primeiramente nas faculdades de direito no Brasil, posteriormente, situou-se nos currículos dos cursos médios do magistério. Ao passar dos anos, tal ciência passou por inúmeros desencontros, em âmbito nacional, vislumbra-se até os dias atuais, os resquícios de longos períodos de intermitência, sabe-se que a Sociologia é catalogada na contemporaneidade como “revolucionária” ou “matéria norteadas por ideologia marxista”, é notável, dessa forma, que a implantação de tal área do conhecimento no Ensino Médio é permeada de diversos desafios.

É interessante observamos que tanto o que chamo de ensino academicista, quanto o que chamo de ensino militante caracterizam uma carência enorme em nossa área do saber: a falta de pesquisas sobre ensino em ciências sociais, a falta de produção de bons livros didáticos, a falta de preocupação com estratégias de ensino-aprendizagem dos conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais (SARANDY, 2010, p.117).

O período de intermitência causou diversos problemas, tais como citado, em suma parte são ocasionadas pela falta de tradição do ensino de tal matéria no Ensino Médio, causando assim, falta de material adequado, escassez de metodologias apropriadas, falta de professores qualificados, entre outras. Como resultado desses diversos impasses, hoje há um ensino de Sociologia demasiadamente fragmentado, visto que 65% dos profissionais que atuam na área, são formados em outras matérias, dessa maneira, causando assim, uma ideia distorcida das aplicabilidades do ensino das Ciências Sociais em contexto Médio. Neste sentido, pode-se visualizar que é indispensável introjetar novas formas metodológicas para expandir o acesso a aprendizagem.

Convém ressaltar, igualmente, que para promover o ensino de Sociologia de maneira eficaz no ensino médio, devidamente estruturado, é imperativo compreender como o conhecimento pode ser construído e identificar os desafios presentes nesse processo. É evidente que essa disciplina ainda é erigida dentro dos confines rígidos da academia, resultando em um distanciamento considerável entre o aluno e o conteúdo ensinado. A presença inabalável dos



ideais que deram origem à Sociologia intensifica a dificuldade de "traduzir" esse conhecimento aparentemente "novo".

Ao abordar o contexto do ensino médio, competência básica da Sociologia, é crucial reconhecer a singularidade desse período na vida dos adolescentes, marcado muitas vezes pelo início da vida sexual. Este é um momento em que questões relacionadas à Educação Sexual adquirem uma relevância ainda maior, dada a busca por compreensão das transformações físicas, emocionais e sociais que caracterizam essa fase. Integrar a Sociologia nesse contexto é uma oportunidade valiosa para os alunos explorarem, de maneira crítica, as influências socioculturais que moldam suas percepções sobre sexualidade, gênero e relacionamentos.

Para reforçar o debate delineado nos parágrafos anteriores, é necessário abordar que a formação acadêmica dos profissionais atuantes nessa área ainda apresenta suas limitações. Tornar tangíveis as teorias sociológicas estudadas em um contexto acadêmico para alunos do ensino médio são desafiadoras, dada a discrepância entre as realidades. Sendo assim, orientar-se a busca por técnicas que facilitem a integração desses conhecimentos, levando em consideração a perspectiva da Educação Sexual. É fundamental perceber a Sociologia no contexto do aluno, utilizando diferentes ferramentas para fazê-lo enxergar as conexões entre os conceitos sociológicos, as questões relevantes da Educação Sexual e as experiências pessoais vivenciadas durante essa etapa crucial da adolescência.

Neste aspecto, a análise sociológica oferece um olhar aprofundado sobre como as estruturas sociais moldam as escolhas e oportunidades disponíveis para os jovens, proporcionando uma compreensão mais abrangente das origens e implicações da gravidez na adolescência. Nesse contexto, a Educação Sexual desempenha um papel crucial ao integrar-se à Sociologia. Ao promover uma discussão crítica sobre a gravidez na adolescência, essa abordagem não apenas destaca a importância da contracepção, mas também lança luz sobre os fatores sociais que contribuem para a vulnerabilidade dos adolescentes diante dessa realidade.

A Educação Sexual, quando aliada à Sociologia, torna-se uma ferramenta fundamental para a formação de jovens conscientes. Essa integração possibilita que os adolescentes não apenas compreendam as complexidades da gravidez na adolescência, mas também questionem e analisem as dinâmicas sociais que influenciam as decisões individuais e coletivas nesse contexto. Além disso, fomenta uma consciência coletiva sobre a necessidade de políticas públicas e programas educacionais abrangentes, que não se restrinjam apenas à esfera da contracepção, mas que abordem efetivamente os determinantes sociais que permeiam essa situação desafiadora. Dessa forma, a Educação Sexual, enraizada na Sociologia, emerge como



uma abordagem educacional essencial para capacitar os jovens a enfrentar as complexidades associadas à gravidez na adolescência de maneira informada e crítica.

O ENSINO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA DISCIPLINA SOCIOLÓGICA: UMA VISÃO CRÍTICA NECESSÁRIA

O ensino de educação sexual no contexto da disciplina sociológica desempenha um papel crucial na formação de indivíduos conscientes, críticos e socialmente responsáveis. A sociologia, como campo de estudo que analisa as interações sociais e as estruturas que moldam a sociedade, fornece uma lente valiosa para abordar questões relacionadas à sexualidade. A sexualidade é uma dimensão fundamental da experiência humana e está intrinsecamente ligada às estruturas sociais, normas e valores. Ao integrar a educação sexual na disciplina sociológica, os estudantes têm a oportunidade de compreender como as construções sociais influenciam a percepção da sexualidade, a identidade de gênero, as relações interpessoais e os papéis atribuídos aos indivíduos na sociedade.

A abordagem sociológica permite explorar as disparidades de poder, desigualdades e estigmas associados à sexualidade em diferentes contextos culturais e históricos. Isso capacita os alunos a analisar criticamente as representações sociais e os discursos que moldam as atitudes em relação ao corpo, à diversidade sexual e à expressão de gênero. Além disso, o ensino de educação sexual na disciplina sociológica pode fornecer uma base sólida para discutir questões contemporâneas, como os direitos reprodutivos, a violência de gênero, a orientação sexual e a diversidade familiar. Os alunos podem desenvolver uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas nas interações sociais relacionadas à sexualidade e, ao mesmo tempo, aprender a respeitar e valorizar a diversidade de experiências e identidades. Ao abordar a educação sexual de uma perspectiva sociológica, os educadores têm a oportunidade de promover um ambiente de aprendizado inclusivo, que encoraja o diálogo aberto, o respeito mútuo e a empatia. Isso contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, livre de estigmas e discriminações relacionadas à sexualidade.

O ensino de educação sexual no âmbito da sociologia não apenas aborda as questões fundamentais relacionadas à sexualidade, mas também proporciona uma compreensão mais profunda das estruturas de poder que permeiam as interações sociais. A sociologia, ao analisar as instituições e os sistemas sociais, oferece uma visão crítica das normas e valores que moldam as atitudes em relação à sexualidade. Desse modo, ao incorporar a educação sexual na disciplina



sociológica, os alunos podem explorar como as instituições, como a família, a religião e a mídia, influenciam as percepções culturais sobre o corpo, a intimidade e os relacionamentos. Isso permite uma análise mais abrangente das influências sociais que moldam as atitudes e comportamentos sexuais, e como essas influências variam em diferentes contextos sociais. A discussão sobre questões de gênero e sexualidade no âmbito da sociologia também ajuda a desafiar estereótipos prejudiciais e promover uma compreensão mais profunda das experiências diversas. A análise crítica das normas de gênero e das expectativas sociais permite que os alunos reconheçam as desigualdades estruturais e busquem maneiras de promover a igualdade e a justiça.

Além disso, a educação sexual na sociologia aborda a importância da autonomia individual e do respeito pelas escolhas pessoais. Os alunos aprendem a reconhecer a importância do consentimento, a entender as complexidades das relações interpessoais e a respeitar a diversidade de expressões sexuais e identidades de gênero. Ao abordar as questões de sexualidade na disciplina sociológica, os educadores têm a oportunidade de criar um espaço de aprendizado seguro e inclusivo, onde os alunos se sintam à vontade para expressar suas opiniões, fazer perguntas e discutir abertamente questões relacionadas à sexualidade. Isso contribui para o desenvolvimento de habilidades críticas, sociais e emocionais essenciais para a vida. Na íntegra temos um material inédito preparado sobre o assunto, que visa auxiliar professores de sociologia no ensino da Educação Sexual:



Figura 04: Capa do material didático

Acesse:



Fonte: Autoral, 2023.



Este material didático tem cinco planos de aula completos para ministrar aulas dentro de uma perspectiva sociológica, usando o tema da Educação Sexual. As aulas são divididas nos seguintes eixos:

- Conceituando Educação Sexual;
- Consentimento e Direitos da Criança e do Adolescente;
- Direitos Sexuais e Reprodutivos – acesso e direitos;
- Educação Sexual e diversidade – a liberdade de amar;
- Educação Sexual e poesia – uma abordagem interdisciplinar.

Além disso, os planos de aula contam com anexos contendo materiais de suporte, como poesias, figuras, indicações de filmes, séries e livros. É um material que visa iniciar o debate, tornando-se em constante mudança e adaptação. Este material pode ser encontrado ao scanner o QR CODE e no site abaixo:

Figura 05: Site sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres



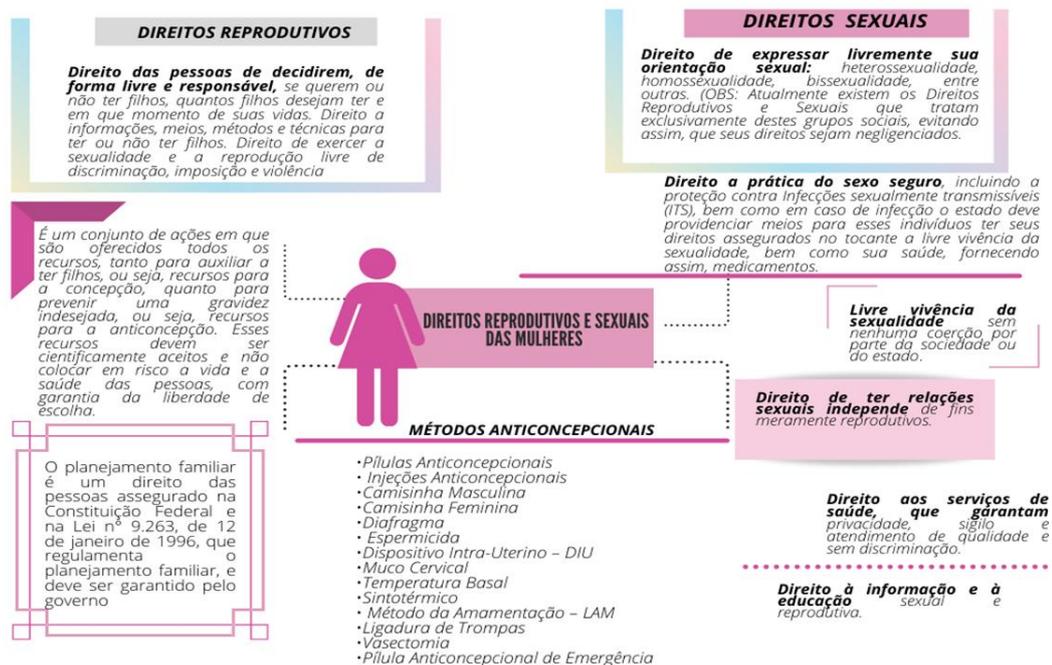
Fonte: Autoral, 2023.

Conforme Corrêa e Ávila (2003), as reivindicações feministas no âmbito da Reprodução e da Sexualidade podem ser datadas historicamente a partir do século XVII no Ocidente. Entretanto, os conceitos acerca dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres são parte de uma discussão eminentemente contemporânea.



Os Direitos Sexuais e Reprodutivos são representados em suas principais fontes a partir de Leis Nacionais e Internacionais³ que visam formular um conjunto de políticas públicas centralizadas em assuntos como: Educação, Saúde, Segurança, Trabalho, entre outras. Ainda há as formulações que atendem diretamente as minorias, como é o caso dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres. Os Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres são divididos em dois grupos, como demonstrado na Figura 06 a seguir:

Figura 06: Visão panorâmica



Fonte: Autoral, 2023 – a partir de cartilhas institucionais.

De acordo com Toneli (2004), a discussão no que tange aos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres adquiriu notável proeminência discursiva, principalmente por parte de entidades internacionais, após o período entre guerras. O termo "Direitos Reprodutivos" emergiu em 1979 com a criação da Rede Mundial pela Defesa dos Direitos Reprodutivos das Mulheres. Ao longo do século XX, os debates e movimentos feministas em prol dos direitos individuais relacionados à reprodução humana intensificaram-se. Na I Conferência Mundial de

³ É necessário ressaltar que Ávila (1993) defende que não se podem admitir os Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres a partir de uma ótica universal, isso ocorre em detrimento do conceito ter sido forjado por grupos de feministas estadunidenses, visando Políticas Públicas no tocante a Saúde Reprodutiva das Mulheres. Sendo assim, havia condições sociais e históricas que influenciaram na construção do termo. Compreende-se, neste sentido, que cada país apresenta um panorama diferente no que tange os Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres. Isso configura dizer que há modificações na construção teórica e prática, que são condicionadas por aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos de cada nação.



Direitos Reprodutivos, realizada em Teerã em 1968, foi reconhecido que os indivíduos têm o direito de fazer escolhas acerca de questões reprodutivas.

Em termos gerais, de acordo com Ventura (2009, p. 19), os "Direitos Reprodutivos" são

Constituídos por princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana. **É, portanto, o direito subjetivo de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos**, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza. (Grifo nosso).⁴

Uma das principais dificuldades enfrentadas para a institucionalização dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres reside nos desafios para sua efetivação. Sua concretização ocorre quando há respeito à autonomia e autodeterminação nas funções reprodutivas e sexuais, estabelecidas por meio de Pactos, Convenções dos Direitos Humanos e na Lei Constitucional brasileira. Contudo, no Brasil, observa-se um notável distanciamento entre as diretrizes institucionais e as práticas sociais

Outro conceito importante na tentativa de compreendemos as dimensões dos DSRM, se circunscreve na questão da justiça reprodutiva, elucidada por Collins e Bilge no livro *Interseccionalidade* (2021), esse conceito traz uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres negras e periféricas no acesso aos DSRM, haja vista a situação de desigualdade social que essas mulheres vivenciam⁵. (Brandão e Cabral, 2021, p. 6)

Um dos fatores que contribui para esse afastamento pode ser percebido sob a perspectiva da desigualdade social no país. A equidade não deve ser apenas um princípio formal, mas uma realidade concreta. A busca pelo acesso aos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres está intimamente relacionada à questão da igualdade social. Isso não se refere apenas à igualdade perante a lei, configurada como igualdade formal, mas diz respeito também à igualdade material, caracterizada pela acessibilidade às condições de bem-estar dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Dentro de um panorama geral, os DSRM podem ser definidos como:

⁴ Os Direitos Reprodutivos envolvem ainda uma série de direitos relativos à vida e à sobrevivência, à saúde sexual e reprodutiva, inclusive, aos benefícios ao progresso científico, à liberdade e à segurança, à não-discriminação e o respeito às escolhas, à informação e à educação para tomada de decisão, à autodeterminação e livre escolha da maternidade e paternidade, ao casamento, à filiação, à constituição de uma família, à proteção social, à maternidade e paternidade e à família, inclusive no trabalho (VENTURA, 2009, p.19).

⁵ O conceito de justiça reprodutiva não é novo entre nós. No Brasil, contamos com aporte de ilustres feministas negras (como Lélia Gonzalez, Lucia Xavier, Sueli Carneiro, Jurema Werneck e outras) na construção de uma perspectiva crítica ao paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos, articulada ao contexto de expressiva desigualdade social vigente no país. Nota-se que, em texto seminal sobre o arcabouço ético, teórico, político e jurídico sobre direitos sexuais e reprodutivos (BRANDÃO; CABRAL, 2021, p.6)



Figura 1. Direitos Sexuais e Reprodutivos – Súmula conceitual

	Súmula conceitual	Conceito	Autora (o)
Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres (DSRM)	Direitos enquanto autônomos	Mattar (2008) e Mendes (2019), os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos são autônomos, ou seja, que são dois conjuntos de direitos, os "Reprodutivos e os Sexuais" e que um não depende do outro.	MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. SUR -Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 60-83, 2008.
	Direitos complementares	Ventura (2009), visualiza esses direitos como complementares e indispensáveis numa sociedade que respeita os direitos humanos.	VENTURA, Miriam. Direitos Reprodutivos no Brasil. Brasília: UFFA, 2009.
	Autodeterminação dos corpos	De acordo com Corrêa e Petchesky (1996), os DSRM são edificados na autodeterminação dos corpos e na liberdade de ser e existir, no que tange a sexualidade e suas funções reprodutivas e sexuais.	PETCHESKY, R. P. Rights and needs Rethinking the Connections in Debates over Reproductive and Sexual Rights. Revista Harvard College, v. 5, n. 2, p. 16-29, 2000.
	Direitos autônomos e complementares	Segundo Rodrigues (2022), os Direitos Sexuais e Reprodutivos podem ser compreendidos enquanto complementares e autônomos, respeitando assim, a autonomia entre os dois direitos e entendendo o caráter complementar como expansão de seus usos e atribuições.	RODRIGUES, Maria Adriana Farias. Frente parlamentar evangélica e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres: entre ativismos e silenciamentos / Maria Adriana Farias Rodrigues. – Campina Grande, 2022

Fonte: Autoral, 2023

Segundo Lemos (2014), os Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres estão diretamente vinculados aos Direitos Humanos. Essa visão converge com as premissas defendidas por Toneli (2004) e Ventura (2009), pois se baseia no princípio do livre exercício da sexualidade e da reprodução humana, sem constrangimentos ou imposições por parte do Estado.

A abordagem da Educação Sexual dentro do contexto dos Direitos Sexuais e Reprodutivos é fundamental para proporcionar uma compreensão holística e respeitosa da sexualidade humana. Ao enquadrar a Educação Sexual nesse âmbito, os educadores têm a oportunidade de situar os conteúdos em um contexto mais amplo, enfatizando a importância do respeito à autonomia e à dignidade de cada indivíduo em relação às suas escolhas sexuais e reprodutivas. A inclusão dos Direitos Sexuais e Reprodutivos no currículo educacional não apenas reconhece a sexualidade como um aspecto integral da experiência humana, mas também fortalece a capacidade dos estudantes de tomarem decisões informadas e conscientes sobre sua própria saúde sexual.

Ademais, abordar a Educação Sexual dentro dos Direitos Sexuais e Reprodutivos contribui para combater estigmas e preconceitos, promovendo uma perspectiva de igualdade e inclusão. Essa abordagem possibilita a discussão aberta e respeitosa sobre uma variedade de temas relacionados à sexualidade, como orientação sexual, identidade de gênero, contracepção e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Ao integrar esses temas aos Direitos



Sexuais e Reprodutivos, cria-se um ambiente educacional que não apenas informa, mas também empodera os estudantes, capacitando-os a exercer seus direitos e promovendo uma cultura de respeito, consentimento e equidade nas questões sexuais e reprodutivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a interseção entre a Sociologia e a Educação Sexual emerge como um caminho promissor para a formação de indivíduos conscientes, críticos e capacitados a compreender as complexidades das questões sexuais e reprodutivas. Ao integrar a Educação Sexual no contexto da Sociologia, reconhecemos não apenas a importância de abordar as dimensões socioculturais da sexualidade, mas também a necessidade de situar essas discussões dentro dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. A Sociologia proporciona uma lente analítica para examinar as influências sociais, culturais e econômicas que moldam as experiências individuais, enquanto a Educação Sexual, alinhada aos Direitos Sexuais, fortalece o respeito, a consciência e a tomada de decisões informadas.

Essa abordagem integrada não apenas rompe com tabus e estigmas, mas também capacita os alunos a enfrentarem desafios como a gravidez na adolescência de maneira crítica e informada. Ao incorporar a Educação Sexual no ensino médio, especificamente, reconhecemos a singularidade desse período na vida dos adolescentes, marcado pelo início da vida sexual, e a importância de orientá-los para uma compreensão respeitosa e inclusiva de sua própria sexualidade. A promoção de uma discussão aberta, alinhada aos princípios dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, não apenas contribui para a formação integral dos estudantes, mas também fomenta uma cultura de respeito, igualdade e consciência coletiva em relação às questões sexuais e reprodutivas. Assim, a combinação de Sociologia e Educação Sexual não apenas enriquece o currículo educacional, mas também prepara os jovens para enfrentar os desafios contemporâneos com empatia, compreensão e discernimento crítico.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. Modernidade e Cidadania Reprodutiva. **Revista de Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, 1993.

BASTOS, L. L., VENTURA, M. BRANDÃO, E. R. Saúde sexual e reprodutiva, conservadorismo religioso e acesso a medicamentos: uma discussão sobre a estratégia global de advocacy do Consórcio Internacional sobre Contracepção de Emergência. **Revista Sexualidad, Salud y Sociedad Latinoamericana**, n. 26, p. 306-327, 2017.



BERQUÓ, E. Uma nova onda para atropelar os direitos reprodutivos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 1, sem número, p. 87-94, 1990.

BIROLI, F. **Aborto em debate na Câmara dos deputados**. CFEMEA, IPAS e Observatório de Sexualidade e Política, 2016.

BRANDÃO E.R. ; CABRAL C.S. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Interface**, (Botucatu), v. 25, n. 1, 2021.

CAMPOS, C, H, D. OLIVEIRA, G. C, D (Org.). **Saúde Reprodutiva das Mulheres: direitos, políticas públicas e desafios**. Brasília, Editora: Ford, 2009.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Revista Pagu**, Campinas, v. 53, p.1-16, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530001.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

CORRÊA, S. PATERNOTTE, D. KUHAR, R. **Europa, América Latina y la globalización de las campañas contra el género**”. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/sonia-correa-david-paternotte-roman-kuhar/europa-am-rica-latina-y-la-globalizaci-n>. Acesso em 20/06/2021.

COSTA, A, M. Desenvolvimento e implementação do PAISM no Brasil. In. GIFFIN, K,COSTA, S, H (org). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Cap. 4, p. 320-235.

DE MENDONÇA, A. A.; MOURA, F. MAIS EMPODERADA QUE EU? Antifeminismo e desdemocratização no Brasil atual. **Revista Communitas**, v. 5, n. 9, p. 9–23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/4663>. Acesso em: 19 jun. 2023.

DÍAZ, M.; CABRAL, F.; SANTOS, L. Os direitos sexuais e reprodutivos. In: RIBEIRO, C.; CAMPUS, M.T. A (org.) **Afinal, que paz queremos?** Lavras: Editora UFLA, p.45-70, 2004.

GUACIRA LOURO, Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

MACHADO. P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Revista Cadernos Pagu**, v. 24, p. 249-281, jan/jun, 2005.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Conceito amplo de Sexualidade no processo de Educação Sexual. **Revista psicopedagogia online - Educação & Saúde**, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/LLzdgx>.

Meucci, Simone. (2000). **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Prof. Dr. Octávio Ianni. Meucci, Simone. Manuais de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n.3, p. 209-232, 2014.



PETCHESKY, R. P. Rights and needs Rethinking the Connections in Debates over Reproductive and Sexual Rights. **Revista Harvard College**, v. 5, n. 2, p. 16-29, 2000.

TONELI, M. J. F. Direitos sexuais e reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da psicologia e sua produção teórica sobre a adolescência. **Psicologia & Sociedade**, v. 16 n.1, p. 151-160, 2004.